

CONTAS REGIONAIS 2005

CONTAS REGIONAIS - 2005

Em 2005, o Norte (1%), Lisboa (1,2%), a Região Autónoma da Madeira (2%), a Região Autónoma dos Açores (2,1%) e o Algarve (2,7%) registaram um **crescimento económico** superior à média nacional (0,9%). No Centro verificou-se um crescimento mais baixo (0,2%), e no Alentejo terá ocorrido uma variação negativa (-0,9%). A **FBCF** apresentou crescimentos elevados em valor na Região Autónoma dos Açores e no Norte e mais moderados no Centro e no Algarve, ainda assim superiores à média nacional (1,6%), variando negativamente nas restantes regiões. A região de Lisboa apresentou a maior taxa de crescimento em valor do **Rendimento Disponível** das famílias (5,5%), superior ao crescimento nacional (3,7%); o crescimento desta variável no que se refere ao Alentejo foi mais baixo (1,1%), em resultado sobretudo do impacto da evolução negativa da actividade da agricultura desta região no rendimento primário

Na sequência da conclusão e divulgação das Contas Nacionais Anuais definitivas relativas a 2005 na base 2000, o Instituto Nacional de Estatística (INE) procede à divulgação das Contas Regionais relativas ao mesmo ano.

As Contas Regionais apresentam resultados da regionalização de vários agregados macroeconómicos nacionais, actualmente segundo duas geografias de NUTS II: as definidas nos Decretos-Lei n.º 244/2002 e n.º 46/89). No presente Destaque são apresentados os resultados e respectiva análise relativos à NUTS 2002.

I. PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL (PIB)

1.1 REPARTIÇÃO E EVOLUÇÃO REGIONAL DO PIB

A repartição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional é largamente condicionada pela estrutura produtiva regional muito desigual, em que se distinguem dois grupos de regiões: um correspondente a três grandes regiões: (Lisboa, Norte e Centro), responsável por 84,1% do PIB nacional; outro, abrangendo as quatro restantes regiões (Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas) em que a actividade económica tem uma dimensão significativamente mais reduzida. Esta diferenciação é visível no quadro 1.1, que apresenta os contributos (em valor e em percentagem) das regiões para o PIB em 2005 e 2004, assim como as taxas de crescimento anuais, em valor e em volume, do PIB regional para 2005.

Quadro 1.1

PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL

Regiões	2004		2005		Variação Anual (%)	
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	Valor	Volume
Norte	40.421	28,0	41.804	28,0	3,4	1,0
Centro	27.717	19,2	28.417	19,1	2,5	0,2
Lisboa	53.208	36,9	55.140	37,0	3,6	1,2
Alentejo	9.722	6,7	10.045	6,7	3,3	-0,9
Algarve	5.852	4,1	6.169	4,1	5,4	2,7
R.A.Açores	2.887	2,0	3.018	2,0	4,5	2,1
R.A.Madeira	4.156	2,9	4.348	2,9	4,6	2,0
Extra-regio	164	0,1	182	0,1	11,1	4,3
Total	144.128	100,0	149.123	100,0	3,5	0,9

Em termos nominais, o produto regional cresceu mais do que a média nacional no Algarve, na Região Autónoma da Madeira (RAM), na Região Autónoma dos Açores (RAA) e, marginalmente, em Lisboa. As regiões Norte, Alentejo e Centro apresentaram evoluções nominais aquém do crescimento nacional.

Em resultado do efeito da evolução desigual dos preços, o comportamento regional do PIB em volume foi um pouco diferente do nominal: abaixo do crescimento nacional (0,9%), figuram o Alentejo (-0,9%) e o Centro (0,2%); com aumentos do PIB, em volume, superiores à média, foram, de forma crescente, o Norte (1%), Lisboa (1,2%), Região Autónoma da Madeira (2%), Região Autónoma dos Açores (2,1%) e o Algarve (2,7%).

A evolução real do PIB das regiões em 2005 reflecte fundamentalmente a evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB), que se encontra ilustrada no quadro 1.2, de acordo com os três principais grupos de actividades económicas.

De assinalar como aspectos mais relevantes: i) o crescimento negativo das actividades da *agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura*, na ordem de -5,6% a nível nacional, que afectou particularmente as regiões, do Continente, Alentejo (-14%), Norte (-3,3%), Centro (-3,1%) e Algarve (-3%); ii) a diminuição real no país do VAB das actividades de *indústria, incluindo energia e construção* (-1,8 %), que afectou sobretudo as regiões do Algarve (-5,4), de Lisboa (-2,4%), do Centro (-2,3%) e do Norte (-1,3%); iii) os aumentos reais das *actividades de serviços* em todas as regiões, com particular ênfase no Algarve (4,4%), na RAM (2,3%) e no Norte (2,2%), as quais registaram crescimentos superiores à média do país (2%).

Quadro 1.2

EVOLUÇÃO EM VOLUME DO VAB

Regiões	A3 - CAE Rev.2			
	1	2	3	Total
	%			
Norte	-3,3	-1,3	2,2	0,8
Centro	-3,1	-2,3	1,4	0,1
Lisboa	-1,7	-2,4	1,8	1,0
Alentejo	-14,0	-1,0	1,6	-1,1
Algarve	-3,0	-5,4	4,4	2,6
R.A. Açores	1,9	1,6	2,0	1,9
R.A. Madeira	-0,1	0,2	2,3	1,9
Extra-regio			4,2	4,2
Total	-5,6	-1,8	2,0	0,8

1 Agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura

2 Indústria, incluindo energia e construção

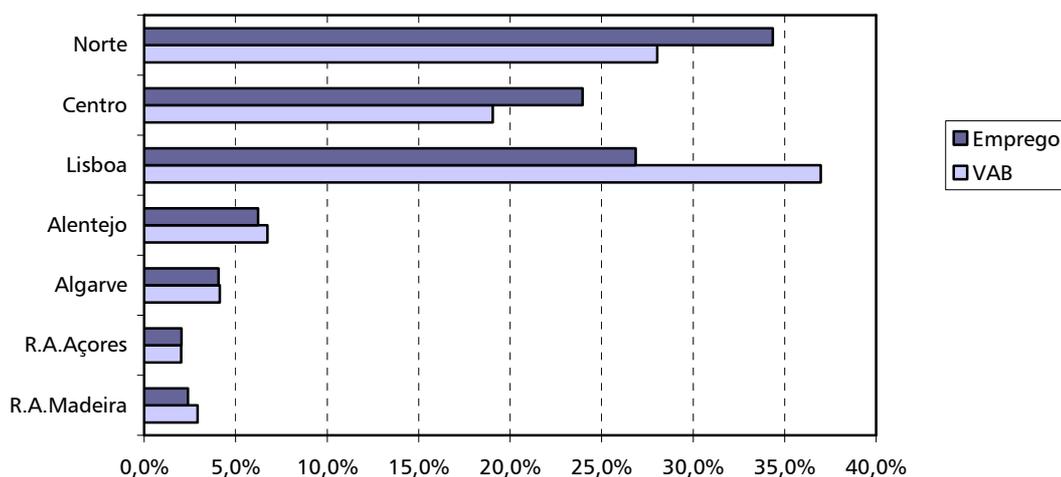
3 Actividades de serviços

1.2 CONCENTRAÇÃO E PERFIL ECONÓMICO REGIONAL

A concentração económica, no que se refere à repartição geográfica do VAB e do Emprego, é bem visível no gráfico 1.1. onde, com notória evidência, figura Lisboa como a região com maior peso em termos do VAB e o Norte como a que detém maior relevância no que se refere ao Emprego.

Gráfico 1.1

CONTRIBUTOS REGIONAIS PARA VAB E EMPREGO – 2005



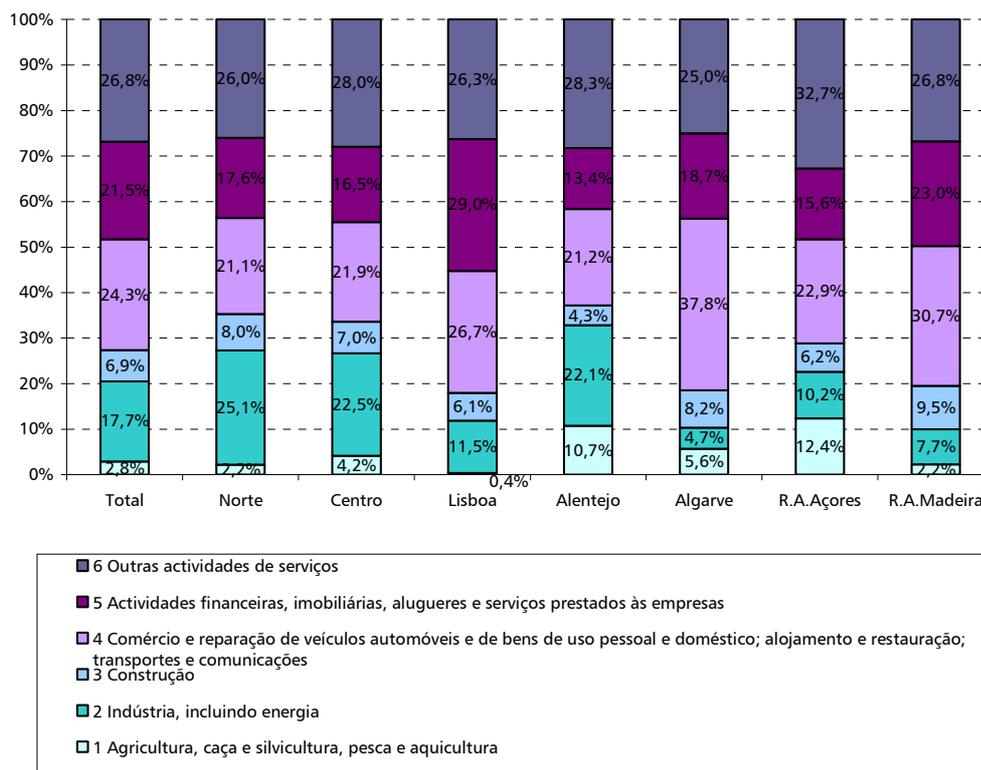
Como se pode observar, em três das sete regiões, Lisboa, RAM e Alentejo, o peso relativo que têm no VAB nacional supera o peso relativo que têm no emprego.

Para uma caracterização mais detalhada das economias das diferentes regiões NUTS II apresenta-se nos gráficos 1.2 e 1.3. a ventilação do VAB e do Emprego de cada região por seis macro ramos de actividade.

A análise da estrutura produtiva do VAB evidencia que, em 2005, os serviços (ramos de actividade 4, 5 e 6), dominavam a actividade produtiva nas sete regiões portuguesas. O peso relativo destas actividades foi particularmente expressivo em Lisboa, Algarve e RAM: mais de 80% do VAB regional, nos três casos.

Gráfico 1.2

PERFIL REGIONAL: VAB por ramos de actividade (A6) – 2005



A *agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura*, tem um peso relativamente reduzido, assumindo contudo valores ainda expressivos na RAA, no Alentejo e no Algarve (respectivamente, 12,4%, 10,7% e 5,6%).

A *indústria, incluindo energia* revelou-se um ramo de actividade com importância significativa (o segundo com maior contributo) nas regiões Norte, Centro e Alentejo, representando, respectivamente, 25,1%, 22,5% e 22,1% do VAB regional, verificando-se situação oposta na região do Algarve, onde é o ramo com menor peso (4,7%).

O ramo da *construção* foi, entre as actividades não terciárias, o que mais contribuiu para o VAB total da RAM (9,5%), enquanto no Alentejo e na RAA continua a ser o ramo com menor contributo para a formação do VAB (4,3% e 6,2%, respectivamente).

O *comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações* foi o ramo predominante no Algarve (37,8%) e na RAM (30,7%), e o segundo mais importante na estrutura produtiva da RAA (22,9%) e de Lisboa (26,7%).

O ramo das *actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* foi o que mais contribuiu para o VAB da região de Lisboa (29%).

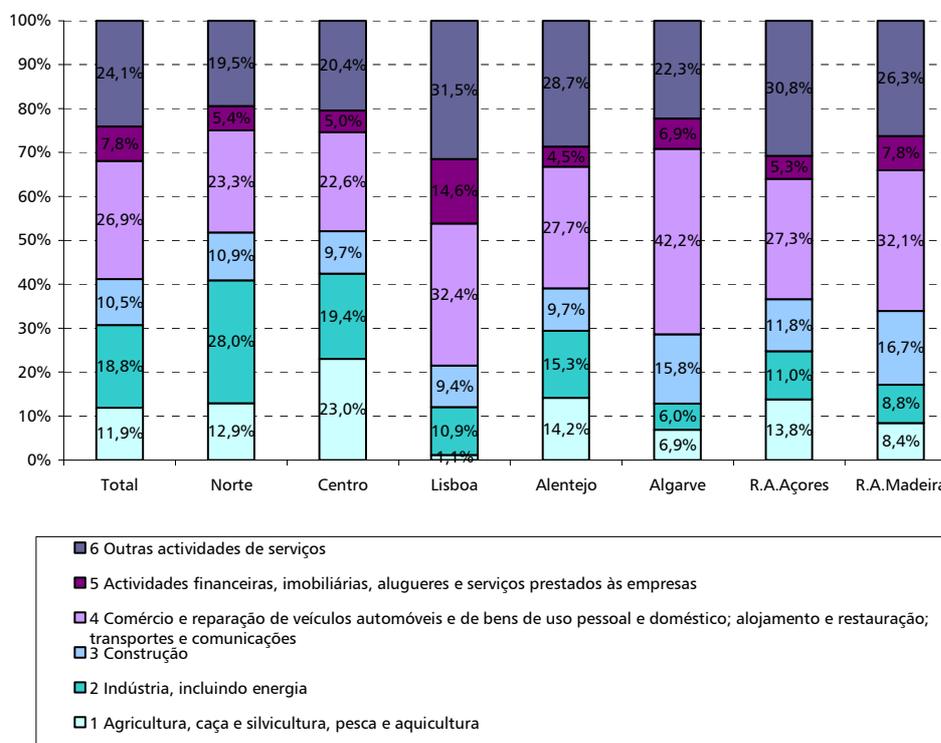
O ramo *outras actividades de serviços*, onde se incluem serviços de carácter não mercantil (administração pública, educação, saúde, acção social, etc.), apresentou um peso significativo no VAB de todas as regiões. Constitui, mesmo, a principal actividade na RAA (32,7%), Alentejo (28,3%), Centro (28%) e Norte (26%). Nas restantes regiões o seu contributo aproxima-se da média nacional (26,8%).

Relativamente a 2004, a estrutura produtiva do VAB não apresenta grandes alterações. De significativo, deve referir-se que a *indústria, incluindo energia* deixou de ser o principal ramo de actividade na região Norte, posição agora ocupada pelo ramo *outras actividades de serviços* e que na região de Lisboa o ramo das *actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* ultrapassou, em peso relativo, o *comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações*, a principal actividade em 2004.

A estrutura do emprego total (gráfico 1.3), em 2005, tal como em 2004 difere da estrutura produtiva do VAB, pelo peso mais significativo da *agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura* e da *construção*, e pelo menor importância relativa das *actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.

Gráfico 1.3

PERFIL REGIONAL: Emprego por ramos de actividade (A6) – 2005



À semelhança da estrutura do VAB, também a estrutura do emprego apresenta diferenças significativas a nível regional. Assim, se as *outras actividades de serviços* foram responsáveis pela maior proporção de emprego no Alentejo e na RAA (com 28,7% e 30,8%, respectivamente), já o *comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração; transportes e comunicações* eram o principal ramo empregador nas regiões do Algarve, de Lisboa, e da RAM (42,2%, 32,4% e 32,1%).

A *indústria, incluindo energia* continua a revelar-se o principal ramo empregador da região Norte (28%) e a *agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura* permanece o principal empregador da região Centro (23%).

A *construção*, não sendo o sector predominante em nenhuma das regiões, assume alguma importância no emprego da RAM e do Algarve (16,7% e 15,8%, respectivamente), claramente superior ao peso nacional (10,5%).

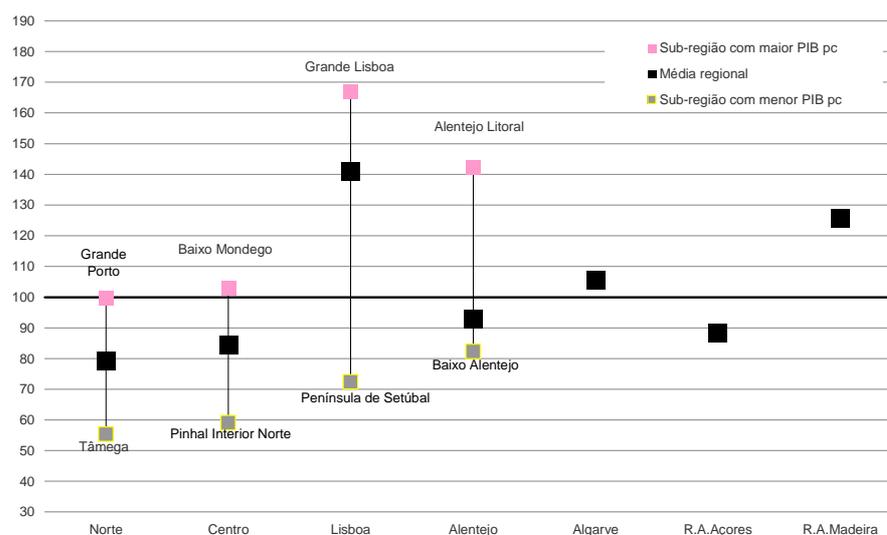
Pelo contrário, é de referir o contributo diminuto das *actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* para o emprego total, o menor entre as actividades em análise, excepto nas regiões de Lisboa e do Algarve.

1.3 COESÃO REGIONAL

Tendo como referência o **PIB per capita (p.c.)** de cada região, expresso em percentagem da média nacional (Portugal = 100), o gráfico 1.4 ilustra a enorme disparidade regional.¹

Gráfico 1.4

ÍNDICES DE DISPARIDADE DO PIB p.c. – 2005



¹ No anexo II são apresentados índices de disparidade regional do PIB *per capita*, quer em relação à média nacional, quer, no âmbito de cada região NUTS II, para as respectivas regiões NUTS III, face à média regional de modo a avaliar as assimetrias intra-regionais.

De assinalar que somente Lisboa, RAM e Algarve, entre as regiões NUTS II, ultrapassam a média nacional (14,1 milhares de Euros), com índices, respectivamente, de 141, 126 e 106; entre as regiões NUTS III, igualam ou superam aquela média, o Grande Porto (índice 100), no Norte, o Baixo Mondego (103) e Pinhal Litoral (100), no Centro, Grande Lisboa (167), em Lisboa, e o Alentejo Litoral (142), no Alentejo.

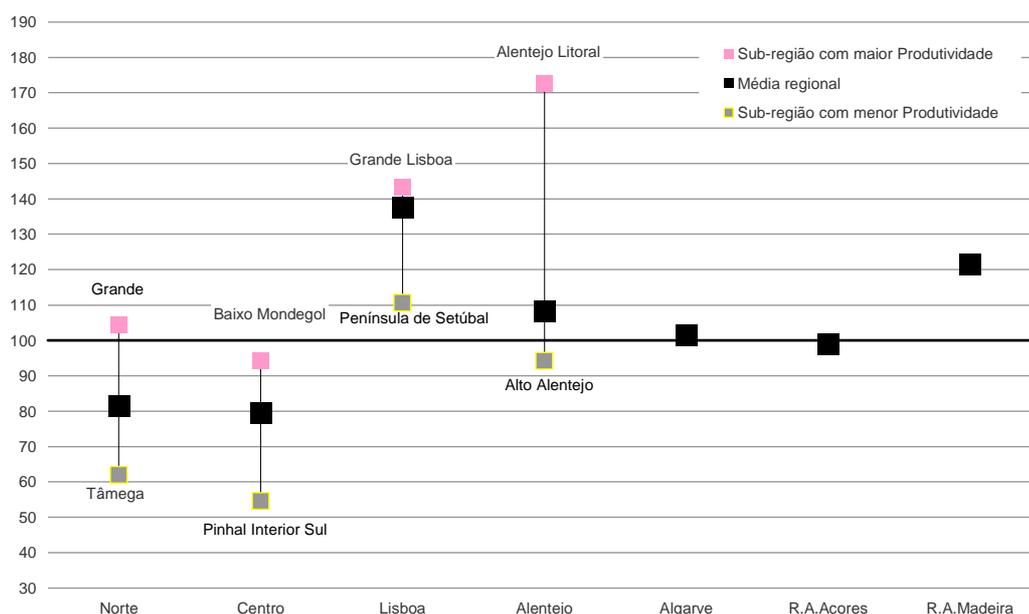
Atente-se, também, nas assimetrias do PIB p.c. dentro de cada região, 45 pontos percentuais (p.p.) no caso da região Norte, 44 p.p. na região Centro, 95 p.p. na região de Lisboa² e 60 p.p. no Alentejo.

Relativamente à produtividade, avaliada pela relação entre o PIB (ou o VAB) e o emprego que lhe está subjacente, o gráfico 1.5 e o quadro no anexo II apresentam os índices de disparidade regional da produtividade.

Neste caso, além das regiões NUTS II de Lisboa, da RAM e do Algarve, também o Alentejo supera a média nacional (29,2 milhares de Euros), dada alguma concentração de indústrias capital-intensivas no seu Litoral. Pelo contrário, abaixo daquele valor, surgem a RAA, o Norte e o Centro, com índices, respectivamente, de 99, 82 e 80.

Gráfico 1.5

ÍNDICES DE DISPARIDADE DA PRODUTIVIDADE – 2005



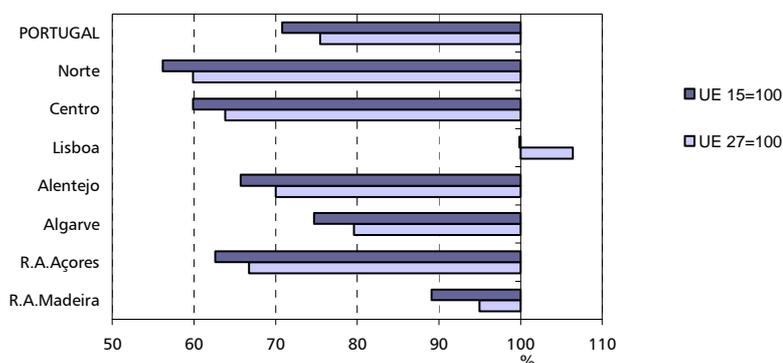
No caso da **produtividade**, os valores oscilam, no Norte, entre o Grande Porto (104) e Tâmega (62), no Centro, entre Baixo Mondego (94) e Pinhal Interior Sul (55), na região de Lisboa, entre Grande Lisboa (143) e Península de Setúbal (111) e, no Alentejo, entre Alentejo Litoral (173) e Alto Alentejo (94), relativamente à média nacional.

² A elevada assimetria da região de Lisboa é potenciada pelos movimentos pendulares entre as suas duas sub-regiões que implicam menor potencial de emprego e de produto, face à população residente, para a Península de Setúbal, ao contrário da Grande Lisboa. Efectivamente, uma parte significativa da população empregada residente na Península de Setúbal exerce a sua actividade na margem norte do Tejo.
Contas Regionais – 2005 (Base 2000)

Gráfico 1.6

ÍNDICES DE DISPARIDADE DO PIB p.c. em PPC – 2005

(EU 15 = 100; EU 27 = 100)



No âmbito da União Europeia, apresenta-se a comparação relativamente à média do PIB por habitante da actual União Europeia a 27 países (UE 27) e também por referência à União Europeia a 15 países (UE 15) anterior aos últimos dois processos de alargamento.

É possível observar que, em 2005, apenas Lisboa superava a média europeia do PIB *per capita*, no caso da UE27 (em 6%), e praticamente a igualava, no que se refere à UE15. Seguiam-se a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, o Alentejo, a Região Autónoma dos Açores, o Centro e o Norte, com PIB por habitante respectivamente 5%, 20%, 30%, 33%, 36% e 40% abaixo da média da UE27, apresentando o conjunto do país um valor 25% inferior a essa média.

II. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

2.1 FBCF EM 2005

Em 2005, a FBCF nacional cresceu, em termos nominais, 1,6% relativamente a 2004, atingindo 33 098 milhões de euros. As regiões que contribuíram positivamente para esse acréscimo foram, por ordem decrescente de crescimento, a RAA, o Norte, o Centro e o Algarve, com aumentos de 24,5%, 7,1%, 2,8% e 2,4%, respectivamente.

Nas restantes regiões o investimento realizado em 2005 foi inferior ao do ano anterior, salientando-se a região do Alentejo, com decréscimo de -13,9%. Tal evolução deveu-se à diminuição do investimento em todas as actividades, com especial relevo nas *Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (-21,4%), em grande parte resultante da desaceleração do investimento de Alqueva, nas actividades de *Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações*, (-9,0%) e em *Outras actividades de serviços*, (-8,2%).

Quadro 2.1

Formação Bruta de Capital Fixo, por região - 2005

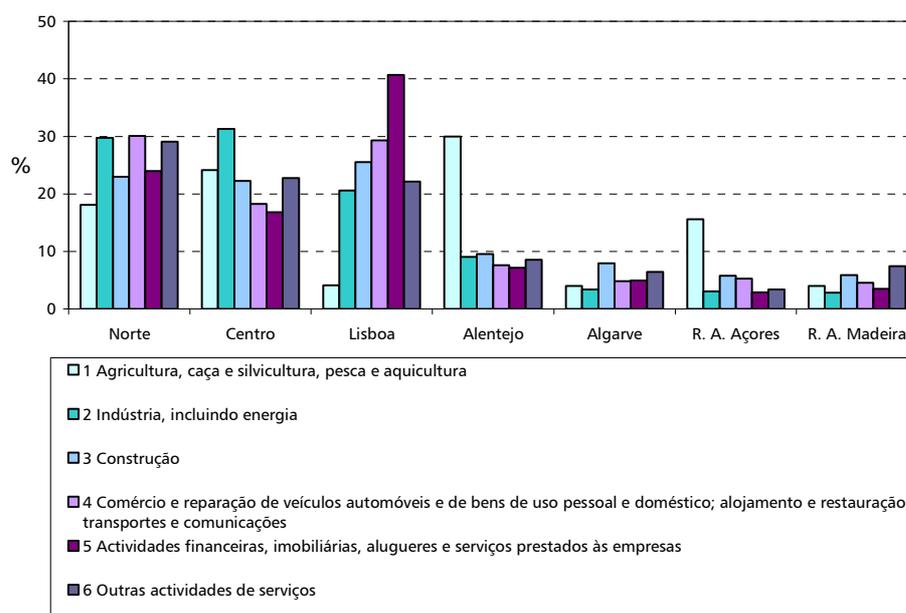
Regiões	10 ⁶ Euros	FBCF (%)	Variação Anual (%)
Norte	9.041	27,3	7,1
Centro	7.089	21,4	2,8
Lisboa	9.731	29,4	-0,9
Alentejo	2.817	8,5	-13,9
Algarve	1.642	5,0	2,4
R. A. Açores	1.290	3,9	24,5
R. A. Madeira	1.480	4,5	-1,5
Extra-regio	9	0,0	22,9
Total	33.098	100,0	1,6

No ano em análise, a região de Lisboa apresentou um investimento na ordem dos 9 731 milhões de euros, representando 29,4% do total de investimento do País, seguida da região Norte (9 041, 27,3% do total) e Centro (7 089, 21,4%). A RAA, com um investimento de 1 290 milhões de euros, foi a região do país com menor contributo (3,9%) para a FBCF total, sendo porém, a região com maior crescimento face ao ano anterior.

Considerando o investimento realizado por ramo de actividade, observou-se uma distribuição regional muito diferenciada. Lisboa, à semelhança dos anos anteriores, figurou como a região com maior investimento nas *Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*, com aproximadamente 41% do investimento total desse ramo, e igualmente, mas com menor significância, em *Construção*, com cerca de 25,5%, investimento próximo do realizado nesse ramo nas regiões Norte (23,0%) e Centro (22,3%).

Gráfico 2.1

Distribuição regional da FBCF, por ramo de actividade (A6) - 2005



O investimento em actividades de *Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações*, predominou nas regiões do Norte e Lisboa, contribuindo essas duas regiões com 30,1% e 29,3%, respectivamente.

A FBCF na *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* foi predominante nas regiões do Alentejo, do Centro, do Norte e da RAA representando, o conjunto destas regiões, aproximadamente 88% do investimento total deste ramo. O investimento da *Indústria, incluindo energia* foi essencialmente realizado nas regiões Centro (31,3%), Norte (29,8%) e Lisboa (20,6%). O investimento em *Outras actividades de serviços*, foi predominante nas regiões Norte, Centro e Lisboa (29,1%, 22,8% e 22,1%, respectivamente).

A análise da repartição do total de investimento de cada região, por ramo de actividade, é apresentada no quadro 2.2, permitindo uma melhor caracterização regional do investimento. Como pode constatar-se, em 2005, as *Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* foram responsáveis por mais de um terço da FBCF do país, devido sobretudo ao investimento em habitação, apresentando grande variabilidade regional. Estas são as actividades com mais investimento, em especial na região de Lisboa (cerca de 48%), bem como, no Algarve (34,4%), no Norte (30,3%) e no Alentejo (29,0%).

Quadro 2.2

Repartição da FBCF, por região e ramo de actividade (A6) - 2005

Regiões	A6 - CAE rev.2 (%)						Total
	1	2	3	4	5	6	
Norte	1,6	20,9	1,4	23,5	30,3	22,3	100
Centro	2,7	28,0	1,8	18,2	27,1	22,2	100
Lisboa	0,3	13,4	1,5	21,3	47,8	15,7	100
Alentejo	8,6	20,4	1,9	19,1	29,0	21,0	100
Algarve	2,0	13,0	2,7	20,8	34,4	27,0	100
R. A. Açores	9,7	14,9	2,5	28,8	25,7	18,3	100
R. A. Madeira	2,2	12,1	2,2	21,8	26,9	34,8	100
Total	2,4	19,2	1,7	21,3	34,5	20,9	100

As actividades de *Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico, alojamento e restauração, transportes e comunicações*, responsáveis por 21,3% do investimento nacional, atingiram maior peso no investimento da RAA, representando quase 29% do investimento total da região.

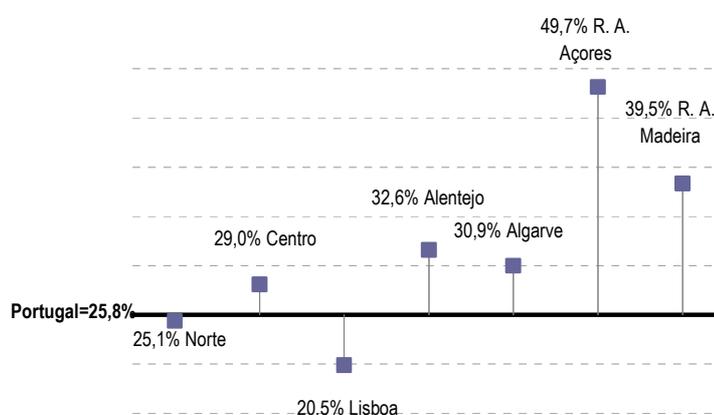
O ramo *Outras actividades de serviços* foi responsável igualmente por cerca de 21% do total de FBCF, para o que contribuiu, de forma decisiva, o sector das *Administrações Públicas*. A RAM foi a região que apresentou investimento mais significativo nestas actividades, cerca de 35%, enquanto que a região de Lisboa apresentou situação inversa, com 15,7%.

A região Centro apresentou em 2005, a proporção mais significativa de investimento na actividade *Indústria, incluindo energia*, na ordem dos 28%, claramente acima do peso nacional (19,2%).

Relativamente ao investimento em actividades da *Agricultura, produção animal, caça e silvicultura*, destacam-se a RAA e a região do Alentejo, onde o investimento nestas actividades representou 9,7% e 8,6%, respectivamente, do total do investimento dessas regiões, com alguma relevância acima do peso nacional (2,4%). A *Construção*, ramo com menor contributo na FBCF total (1,7%), evidenciou-se ligeiramente na região do Algarve e a na RAA, que apresentaram maior peso de FBCF nesse ramo de actividade, cerca de 2,7% e 2,5%, respectivamente.

Gráfico 2.2

Taxa de Investimento Aparente - 2005



No que se refere à Taxa de Investimento Aparente³, em 2005, verificou-se que, embora Lisboa e o Norte sejam as regiões que mais contribuíram para a FBCF e PIB do país, apresentaram uma proporção de riqueza investida abaixo da média nacional (25,8%), em especial Lisboa (20,5%). Por outro lado, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira destacam-se com as maiores taxas de investimento, 49,7% e 39,5%, respectivamente, seguidas das restantes regiões, Alentejo, Algarve e Centro (32,6%, 30,9% e 29,0%, respectivamente).

III. CONTAS REGIONAIS DAS FAMÍLIAS

3.1 RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS E PIB

Em 2005, o Rendimento Primário (RP) e o Rendimento Disponível (RD)⁴ das Famílias cresceram em termos nominais a um ritmo ligeiramente superior ao do PIB do país. A nível regional, destaca-se Lisboa que tendo

³ Calculada pela relação entre FBCF e VAB a preços de base.

⁴ Os Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias, referem-se, respectivamente, aos saldos da Conta de Afectação do Rendimento Primário e da Conta de Distribuição Secundária do Rendimento.

registado um crescimento do PIB moderado, próximo do valor nacional, (3,6%), apresentou nesse período, a maior taxa de crescimento do Rendimento Primário (6,4%), bem como do Rendimento Disponível (5,5%), nitidamente acima do crescimento nacional ocorrido nestes dois indicadores, 4,4% e 3,7%, respectivamente.

Quadro 3.1

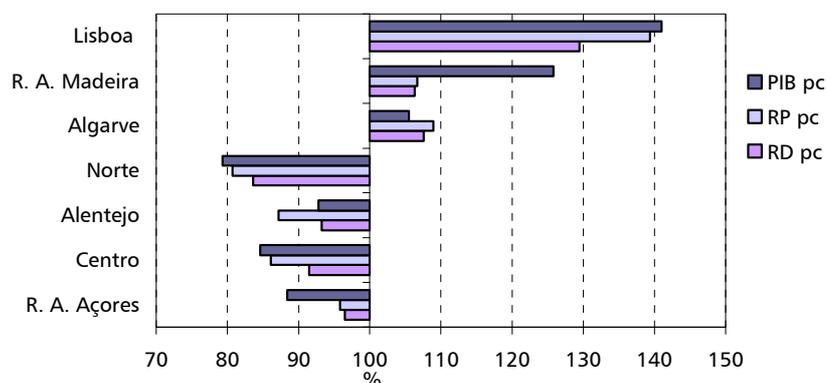
Rendimentos das Famílias e PIB – Variação Anual, por região

Regiões	Variação Anual (%)		
	Rendimento Primário	Rendimento Disponível	PIB
Norte	3,1	2,9	3,4
Centro	3,6	3,0	2,5
Lisboa	6,4	5,5	3,6
Alentejo	1,2	1,1	3,3
Algarve	4,5	3,7	5,4
R. A. Açores	4,5	4,6	4,5
R. A. Madeira	5,3	3,2	4,6
Total	4,4	3,7	3,5

Das restantes regiões, o Alentejo destacava-se das demais, por apresentar o mais baixo crescimento nominal tanto do Rendimento Primário, 1,2%, como do Rendimento Disponível, 1,1%.

Em termos de índices, verifica-se que as regiões de Lisboa, RAM e Algarve apresentaram, em 2005, níveis por habitante superiores à média nacional para os três indicadores: Lisboa apresentou índices de 141, 139 e 129, respectivamente para o PIB p.c., RP p.c. e RD p.c.; a RAM e o Algarve registaram índices inferiores para os mesmos indicadores, na ordem de 126, 107 e 106 para a RAM e 106, 109 e 108 para a região do Algarve.

Gráfico 3.1 Índices de disparidade do PIB p.c., RP p.c. e RD p.c., por região - 2005



Nas restantes regiões observam-se índices inferiores a 100 nos três indicadores, apresentando a RAA índices próximos do valor nacional em relação ao Rendimento Primário e Rendimento Disponível por habitante e o Alentejo e o Centro situação semelhante no que se refere ao RD por habitante. A região Norte, cujo PIB p.c. se situou 21% abaixo do valor nacional, apresentou igualmente o menor índice de RP p.c. e RD p.c., respectivamente, 81 e 84.

Os resultados demonstram que as assimetrias regionais são mais significativas relativamente ao PIB por habitante do que ao RP e RD, per capita. Efectivamente, a diferença entre a região que gerou maior e menor produto *per capita* é significativamente superior ao fosso entre a região com maior e menor nível de vida das famílias, com base no RD por habitante (regiões de Lisboa e Norte, em qualquer dos casos).

Como pode observar-se no quadro 3.2, em 2005, a distribuição secundária do rendimento, em grande medida associada às transferências sociais provenientes das administrações públicas, beneficiou em termos relativos as famílias das regiões do Alentejo e do Centro. Com efeito, essas famílias viram o Rendimento Disponível por habitante superar o rendimento gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos saldos dos rendimentos de propriedade. Nas regiões de Lisboa, do Algarve e Autónomas dos Açores e da Madeira o RD ficou abaixo do RP, e a região Norte manteve praticamente um RD por habitante idêntico ao RP por habitante (8 118 € face a 8 134€).

Quadro 3.2

Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias, por região - 2005

Regiões	Rendimento Primário			Rendimento Disponível		
	Total	<i>per capita</i>	Índice Portugal=100	Total	<i>per capita</i>	Índice Portugal=100
	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%
Norte	30.360	8.134	81	30.301	8.118	84
Centro	20.632	8.671	86	21.127	8.879	91
Lisboa	38.879	14.036	139	34.815	12.569	129
Alentejo	6.733	8.780	87	6.942	9.053	93
Algarve	4.545	10.974	109	4.325	10.442	108
R. A. Açores	2.333	9.651	96	2.264	9.366	96
R. A. Madeira	2.630	10.747	107	2.525	10.318	106
Extra-regio	143	-	-	105	-	-
Total	106.255	10.072	100	102.404	9.707	100
Min-Máx	-	5.903	59	-	4.451	46



Face à média nacional, o cenário é semelhante: as disparidades regionais entre o RP e RD reduzem-se nas regiões do Alentejo, Centro e Norte, cujos índices de disparidade diminuem face ao valor nacional cerca de 6 p.p. e 5 p.p. no caso das duas primeiras regiões e de 3 p.p. relativamente à última, quando se passa do Rendimento Primário para o Rendimento Disponível.

A região de Lisboa é claramente a mais afectada pela acção redistributiva dos rendimentos e das *Outras Transferências Correntes*, perdendo o índice do Rendimento Disponível 10 p.p. face ao Rendimento Primário. O Algarve e a RAM praticamente mantêm o seu posicionamento face ao país, com um índice do Rendimento Disponível apenas um ponto abaixo do índice do Rendimento Primário, 108 e 106, respectivamente, mantendo a RAA o seu posicionamento relativo (96).

Em 2005, a região de Lisboa apresentou um índice de Rendimento Primário 39% acima da média nacional, enquanto no Norte o rendimento primário por habitante se situou 19% abaixo do valor médio nacional. Essa situação foi atenuada pela acção redistributiva de rendimentos por parte do Estado e pelas *Outras Transferências Correntes*, passando o diferencial entre o Mínimo e o Máximo de 59 pp para 46 pp, na passagem do Rendimento Primário para o Rendimento Disponível.

Anexo I - Principais agregados e outros indicadores por região NUTS I, II (2000-2005)

Principais Agregados	Regiões									PORTUGAL
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra-região	
PIB (10⁶ euros)										
2000	116 435	35 226	23 337	44 935	8 244	4 693	2 274	3 242	319	122 270
2001	123 242	37 609	24 709	47 279	8 541	5 104	2 488	3 227	351	129 308
2002	128 603	38 836	25 674	49 676	9 000	5 417	2 666	3 884	281	135 434
2003	131 643	39 061	26 635	50 894	9 384	5 669	2 785	3 884	271	138 582
2004	136 921	40 421	27 717	53 208	9 722	5 852	2 887	4 156	164	144 128
2005	141 575	41 804	28 417	55 140	10 045	6 169	3 018	4 348	182	149 123
VAB (10⁶ euros)										
2000	101 460	30 696	20 335	39 156	7 184	4 089	1 981	2 825	278	106 545
2001	107 524	32 812	21 558	41 250	7 452	4 453	2 171	2 816	306	112 817
2002	111 812	33 766	22 322	43 190	7 825	4 710	2 318	3 377	244	117 751
2003	114 433	33 955	23 153	44 241	8 157	4 928	2 421	3 376	236	120 465
2004	119 044	35 143	24 099	46 261	8 453	5 088	2 510	3 613	143	125 310
2005	121 866	35 984	24 461	47 463	8 647	5 311	2 597	3 743	157	128 363
Remunerações (10⁶ euros)										
2000	58 344	17 963	11 262	23 751	3 428	1 940	1 104	1 342	251	61 042
2001	61 461	19 069	11 957	24 635	3 654	2 146	1 208	1 433	280	64 382
2002	64 617	19 882	12 423	26 131	3 900	2 281	1 295	1 545	224	67 681
2003	66 214	20 110	13 052	26 559	4 055	2 438	1 349	1 671	216	69 451
2004	68 479	20 824	13 595	27 333	4 180	2 546	1 423	1 780	130	71 811
2005	71 862	21 516	14 259	28 983	4 414	2 691	1 482	1 870	143	75 358
FBCF (10⁶ euros)										
2000	30 763	7 997	5.902	13.154	2.544	1.167	923	1.399	17	33.103
2001	32 015	8 792	6.541	12.091	3.062	1.529	1.000	1.182	21	34.218
2002	31 533	8 734	6.759	11.577	3.026	1.437	1.039	1.263	6	33.841
2003	29 500	8 245	6.601	10.333	2.703	1.617	1.167	1.064	4	31.734
2004	30 036	8 444	6.899	9.819	3.270	1.604	1.036	1.502	7	32.581
2005	30 320	9 041	7 089	9 731	2 817	1 642	1 290	1 480	9	33.098
Rendimento Primário (10⁶ euros)										
2000	83 316	25 827	16 878	31 498	5 761	3 351	1 807	1 951	251	87 325
2001	87 737	27 279	17 815	33 007	5 939	3 698	1 944	2 071	280	92 032
2002	91 294	28 006	18 342	34 739	6 350	3 857	2 057	2 224	224	95 799
2003	94 004	28 630	19 215	35 502	6 526	4 131	2 128	2 388	216	98 735
2004	96 897	29 451	19 913	36 534	6 652	4 347	2 233	2 498	130	101 759
2005	101 149	30 360	20 632	38 879	6 733	4 545	2 333	2 630	143	106 255
Rendimento Disponível (10⁶ euros)										
2000	79 315	25 359	17 506	27 316	5 876	3 258	1 672	1 783	260	83 031
2001	83 811	26 868	18 490	28 850	6 031	3 572	1 937	2 033	209	87 989
2002	87 403	27 642	18 935	30 660	6 470	3 696	2 007	2 237	166	91 813
2003	90 919	28 517	19 883	31 808	6 741	3 971	2 084	2 338	157	95 499
2004	94 019	29 447	20 521	33 013	6 869	4 170	2 165	2 448	96	98 728
2005	97 510	30 301	21 127	34 815	6 942	4 325	2 264	2 525	105	102 404
Emprego - indivíduos total (10³ pessoas)										
2000	4.803,8	1.757,7	1.228,4	1.335,6	302,9	179,1	97,7	118,0	10,5	5.030,0
2001	4.895,0	1.794,9	1.242,8	1.360,0	309,5	187,8	98,3	116,5	11,5	5.121,3
2002	4.923,6	1.781,3	1.242,1	1.390,0	316,2	193,9	100,7	117,9	9,1	5.151,2
2003	4.892,7	1.762,5	1.245,1	1.365,2	317,9	202,0	100,8	119,1	8,1	5.120,7
2004	4.884,6	1.761,4	1.233,3	1.366,3	316,8	206,8	103,2	124,0	4,8	5.116,7
2005	4.868,5	1.752,3	1.221,5	1.369,5	317,5	207,6	104,2	122,2	5,0	5.099,9
Emprego - indivíduos T.C.O. (10³ pessoas)										
2000	3.828,5	1.382,9	829,9	1.221,9	249,7	144,0	73,7	89,5	10,5	4.002,2
2001	3.882,2	1.403,2	835,9	1.238,0	252,3	152,8	75,8	90,8	11,5	4.060,3
2002	3.940,0	1.409,9	845,6	1.270,5	257,2	156,8	78,5	93,1	9,1	4.120,7
2003	3.902,4	1.387,1	848,6	1.245,1	258,0	163,6	79,6	95,4	8,1	4.085,5
2004	3.928,8	1.390,2	858,1	1.251,0	260,0	169,6	82,1	101,3	4,8	4.117,0
2005	3.936,9	1.386,2	858,1	1.257,8	262,2	172,7	83,0	103,0	5,0	4.127,9

Anexo I - Principais agregados e outros indicadores por região NUTS I, II (2000-2005) - continuação

Outros Indicadores	Regiões									
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra-regio	PORTUGAL
PIBpc (10³ euros)										
2000	12,0	9,7	10,1	17,0	10,8	12,4	9,6	13,5		12,0
2001	12,6	10,3	10,6	17,7	11,2	13,2	10,5	13,5		12,6
2002	13,0	10,6	11,0	18,4	11,8	13,8	11,2	16,2		13,1
2003	13,2	10,6	11,3	18,7	12,2	14,1	11,7	16,1		13,3
2004	13,7	10,9	11,7	19,4	12,7	14,3	12,0	17,1		13,7
2005	14,1	11,2	12,0	19,9	13,1	14,9	12,5	17,8		14,1
Produtividade (10³ euros)										
2000	24,2	20,0	19,0	33,6	27,2	26,2	23,3	27,5	30,4	24,3
2001	25,2	21,0	19,9	34,8	27,6	27,2	25,3	27,7	30,5	25,2
2002	26,1	21,8	20,7	35,7	28,5	27,9	26,5	33,0	30,9	26,3
2003	26,9	22,2	21,4	37,3	29,5	28,1	27,6	32,6	33,5	27,1
2004	28,0	22,9	22,5	38,9	30,7	28,3	28,0	33,5	34,0	28,2
2005	29,1	23,9	23,3	40,3	31,6	29,7	29,0	35,6	36,5	29,2
Rendimento Primário pc (10³ euros)										
2000	8,5	7,1	7,3	11,9	7,5	8,8	7,6	8,1		8,5
2001	8,9	7,5	7,6	12,3	7,8	9,6	8,2	8,6		8,9
2002	9,2	7,6	7,8	12,9	8,3	9,8	8,6	9,2		9,2
2003	9,4	7,7	8,1	13,0	8,5	10,3	8,9	9,9		9,5
2004	9,7	7,9	8,4	13,3	8,7	10,6	9,3	10,3		9,7
2005	10,1	8,1	8,7	14,0	8,8	11,0	9,7	10,7		10,1
Rendimento Disponível pc (10³ euros)										
2000	8,1	7,0	7,5	10,3	7,7	8,6	7,1	7,4		8,1
2001	8,5	7,3	7,9	10,8	7,9	9,2	8,2	8,5		8,5
2002	8,8	7,5	8,1	11,4	8,4	9,4	8,4	9,3		8,9
2003	9,1	7,7	8,4	11,7	8,8	9,9	8,7	9,7		9,1
2004	9,4	7,9	8,7	12,0	8,9	10,2	9,0	10,0		9,4
2005	9,7	8,1	8,9	12,6	9,1	10,4	9,4	10,3		9,7
PIBpc (PT=100)										
2000	100	81	84	142	90	104	80	113		100
2001	100	82	85	141	89	105	84	107		100
2002	100	81	84	141	90	105	86	124		100
2003	100	80	85	141	92	106	88	121		100
2004	100	79	85	141	92	105	88	124		100
2005	100	79	85	141	93	106	88	126		100
Produtividade (PT=100)										
2000	100	82	78	138	112	108	96	113	125	100
2001	100	83	79	138	109	108	100	110	121	100
2002	99	83	79	136	108	106	101	125	118	100
2003	99	82	79	138	109	104	102	120	124	100
2004	100	81	80	138	109	100	99	119	121	100
2005	99	82	80	138	108	102	99	122	125	100
PIBpc PPC (UE=15)										
2000	72	58	60	102	65	74	58	81		72
2001	71	59	60	101	63	75	60	76		71
2002	71	58	60	101	64	75	61	88		71
2003	71	57	61	101	66	76	63	87		72
2004	70	56	60	99	65	73	61	87		70
2005	71	56	60	100	66	75	63	89		71
PIBpc PPC (UE=27)										
2000	78	64	66	111	71	81	63	89		78
2001	78	64	66	110	69	82	65	83		78
2002	77	63	65	109	70	81	66	96		77
2003	77	61	66	109	71	82	68	93		77
2004	75	59	64	105	69	78	65	93		75
2005	75	60	64	106	70	80	67	95		75
Evolução real PIB (%)										
2001	2,1%	3,0%	2,4%	1,4%	-0,1%	4,6%	4,8%	-4,1%	7,7%	2,0%
2002	0,4%	-1,4%	-0,5%	1,7%	3,2%	0,5%	3,5%	15,7%	-21,7%	0,8%
2003	-0,7%	-2,6%	0,8%	-0,4%	0,5%	0,1%	0,6%	-3,7%	-8,5%	-0,8%
2004	1,5%	0,9%	1,9%	2,2%	0,4%	0,0%	2,2%	4,1%	-40,5%	1,5%
2005	0,8%	1,0%	0,2%	1,2%	-0,9%	2,7%	2,1%	2,0%	4,3%	0,9%

Anexo II - PIB per capita, Produtividade e respectivos índices de disparidade regional (2005)

Regiões	PIB pc			Produtividade		
	10 ³ Euros	Índice (1)	Índice (2)	10 ³ Euros	Índice (1)	Índice (2)
Continente	14,1	100		29,1	99	
Norte	11,2	79	100	23,9	82	100
Minho-Lima	8,7	62	78	19,2	66	81
Cávado	10,8	77	97	21,9	75	92
Ave	10,5	74	94	21,2	73	89
Grande Porto	14,1	100	126	30,5	104	128
Tâmega	7,8	55	70	18,1	62	76
Entre Douro e Vouga	11,5	82	103	23,5	80	99
Douro	9,4	67	84	19,6	67	82
Alto Trás-os-Montes	9,6	68	86	19,9	68	83
Centro	12,0	85	100	23,3	80	100
Baixo Vouga	13,0	92	109	25,5	87	110
Baixo Mondego	14,5	103	122	27,5	94	118
Pinhal Litoral	14,1	100	118	25,4	87	109
Pinhal Interior Norte	8,3	59	70	18,5	63	79
Dão-Lafões	9,9	70	83	18,4	63	79
Pinhal Interior Sul	9,7	68	81	15,9	55	69
Serra da Estrela	8,5	60	71	19,9	68	86
Beira Interior Norte	9,8	69	82	16,8	57	72
Beira Interior Sul	12,3	87	103	20,4	70	88
Cova da Beira	9,5	67	79	19,2	66	83
Oeste	11,8	83	99	24,7	84	106
Médio Tejo	11,9	84	99	26,0	89	112
Lisboa	19,9	141	100	40,3	138	100
Grande Lisboa	23,6	167	118	42,0	143	104
Península de Setúbal	10,2	72	51	32,3	111	80
Alentejo	13,1	93	100	31,6	108	100
Alentejo Litoral	20,1	142	153	50,5	173	160
Alto Alentejo	12,1	86	92	27,5	94	87
Alentejo Central	12,0	85	91	27,9	96	88
Baixo Alentejo	11,6	82	89	32,2	110	102
Lezíria do Tejo	12,4	88	95	29,1	100	92
Algarve	14,9	106	100	29,7	102	100
R. A. Açores	12,5	88	100	29,0	99	100
R. A. Madeira	17,8	126	100	35,6	122	100
Extra-regio						
PORTUGAL	14,1	100		29,2	100	

Índice (1) - PT =100

Índice (2) - respectiva região NUTS II =100